

The Detection Club

# Quem Matou o Almirante?

Tradução de  
Mário Dias Correia

ASA



## ÍNDICE

Prefácio .....	7
por Simon Brett, Presidente do Detection Club, 2001	
Introdução – Quem matou o almirante?.....	14
por Dorothy L. Sayers	
Prólogo – «As três alucinações».....	19
por G. K. Chesterton	
I. Cadáver à vista!.....	25
pelo cónego Victor L. Whitechurch	
II. Dar a notícia.....	37
por G. D. H. e M. Cole	
III. Pensamentos brilhantes sobre marés.....	54
por Henry Wade	
IV. Sobretudo conversa.....	69
por Agatha Christie	
V. O inspetor Rudge começa a formar uma teoria....	78
por John Rode	
VI. O inspetor Rudge reconsidera.....	94
por Milward Kennedy	
VII. Choques para o inspetor.....	113
por Dorothy L. Sayers	
VIII. Trinta e nove artigos de dúvida.....	152
por Ronald A. Knox	

IX. A visita noturna. ....	190
por Freeman Wills Croft	
X. O lavatório da casa de banho. ....	213
por Edgar Jepson	
XI. No vicariato. ....	220
por Clemence Dane	
XII. Deslindar a meada. ....	229
por Anthony Berkeley	
Apêndice I – Soluções. ....	298
Apêndice II – Notas sobre a amarração de barcos (Excerto de uma carta de John Rhode). ....	339

## PREFÁCIO

por Simon Brett

Presidente do Detection Club, 2001

É apropriado que as origens do Detection Club estejam envoltas em mistério. Nunca foram mantidos arquivos oficiais da organização, pelo que a sua história só pode ser reconstruída, de uma forma forçosamente fragmentária, a partir das memórias, correspondência, indicações e reminiscências dos respetivos membros. Uma das razões deste registo incompleto será talvez o facto de, no seu início, o Clube se orgulhar de ser uma espécie de sociedade secreta, com rituais conhecidos apenas dos iniciados. Nos dias da Internet, porém, um tal nível de segurança tornou-se impossível. Na realidade, um excerto do mais secreto dos ritos do Detection Club, a Iniciação de Novos Membros, está hoje publicado e ao alcance de qualquer um na Wikipedia.

Por tudo isto, a história do Clube é, na melhor das hipóteses, conjuntural. Uma autoridade afirma que foi fundado em 1932 com 26 membros, mas esta asserção é um tanto prejudicada pelo facto de, em 1930, ter sido publicada no *Times Literary Supplement* uma carta assinada por «membros do Detection Club». E as séries *The Scoop* e *Behind the Screen* apareceram na *The Listener* em 1930 e 1931, respetivamente. Eram escritas por vários autores, incluindo Agatha Christie, Dorothy L. Sayers, E. C. Bentley e Anthony Berkeley, sob o nome de Detection Club, tal como a presente

obra, *Quem matou o almirante?*, cujo indicação de *copyright* da primeira edição reza o seguinte: «The Detection Club 1931».

Uma pré-história mais provável do Clube seria a seguinte: por volta de 1928, Anthony Berkeley Cox (que usava apenas os dois primeiros nomes nos seus livros) e outros autores de histórias policiais começaram a reunir-se para jantares informais que, com o tempo, se institucionalizaram nos rituais de um Clube. Segundo algumas fontes, G. K. Chesterton foi nomeado primeiro presidente — apesar de aparecer por vezes referido como «Líder» — em 1930. Note-se, porém, que outras autoridades afirmam que só em 1932 viria a assumir o manto presidencial. Até o próprio Detection Club é inconsistente a respeito da data. No seu papel timbrado, diz-se que o reinado de Chesterton começou em 1932, ao passo que a Lista de Membros refere 1930. Fica, pois, à escolha de cada um.

Certo é, todavia, que a «Constituição e Regras do Detection Club» foram adotadas a 11 de março de 1932. Diz a secção de abertura deste documento: «O Detection Club é instituído tendo em vista a associação de escritores de romances policiais e a promoção e manutenção de um interesse mútuo e camaradagem entre eles.» Os membros tinham de satisfazer «a seguinte condição: ter escrito pelo menos dois romances policiais de reconhecido mérito ou (em casos excepcionais) um desses romances, ficando entendido que a designação ‘romance policial’ não incluiu histórias de aventuras ou ‘*thrillers*’ ou histórias em que a investigação e a dedução não sejam o principal interesse, e que constitui demérito num romance policial o autor não ‘fazer jogo limpo com o leitor’.»

Nesta Constituição de 1932, as Reuniões Ordinárias do Clube deveriam ser «não menos de quatro por ano», pelo que as coisas não mudaram muito. Em 2010 — e em muito outros anos antes disso — o Detection Club reuniu três vezes.

O que mudou foi o critério de admissibilidade dos potenciais candidatos. Com o grande alargamento da gama da ficção policial, a qualificação estendeu-se bem para lá do tradicional romance policial (e ainda bem, porque hoje em dia são muito poucos os que escrevem romances policiais ao estilo da velha tradição). Os membros atuais incluem autores de «histórias de aventuras ou *'thrillers'* ou histórias em que a investigação e a dedução» não são o principal interesse, bem como especialistas noutros subgéneros emergentes, como o histórico, o legal, o forense, o parapsicológico, etc. A ficção policial é agora uma igreja muito mais eclética do que era nos anos 1920 e 1930, e o Detection Club reflete isso mesmo.

Haverá quem alegue que os romances de crime e mistério atuais são muito mais variados e com frequência mais bem escritos do que as produções da chamada «Época Dourada». São sem dúvida, em termos de psicologia, mais credíveis do que muitas das obras do período em referência. E são também mais sérios, ao ponto de, por vezes, se levarem a si mesmos demasiado a sério. Na ficção policial, *noir* é o novo negro.

A maior parte destas diferenças poderia ser vista como melhorias, mas o que se perdeu com a passagem do tempo foi a sensação de *divertimento* que costumava estar associada ao género. Na sua introdução a *Quem matou o almirante?*, Dorothy L. Sayers descreve a escrita colaborativa como «o jogo de investigação que certos membros do Detection Club jogam entre si, no papel». E mais adiante escreve: «Se o jogo assim jogado para nosso divertimento consegue ou não divertir também outras pessoas, cabe ao leitor julgar.» O facto de o livro estar a ser mais uma vez publicado sugere que há ainda muitos leitores dispostos a deixarem-se divertir por ele.

Muitos dos romances policiais da Época Dourada eram jogos. A solução de um assassinio misterioso representava

um desafio intelectual ao mesmo nível que as palavras-cruzadas — e é interessante notar que as duas formas de entretenimento se desenvolveram mais ou menos pela mesma altura. Nos tempos anteriores à televisão, no tempo das festas nas casas de campo, estes jogos eram muito populares. As coletâneas de enigmas policiais — como *The Baffle Book, A Parlour Game of Mystery and Detection*, de F. Tennyson Jesse — tinham muita procura. Era, de facto, a época dos jogos de salão... hoje praticamente inexistentes. As pessoas não têm jogos de salão. Muito poucas têm sequer salão.

É, porém, no espírito de um jogo de salão que *Quem matou o almirante?* deve ser encarado. A ideia de um romance sério e (devo usar essa horrível palavra, «literário»?) escrito por um grupo de autores que se sucedem, tomando o testemunho uns dos outros, é incongruente. No caso de uma despreziosa obra de ficção policial, no entanto, torna-se divertida, e penso ser claro que os escritores envolvidos em *Quem matou o almirante?* apreciaram o desafio intelectual com que foram confrontados.

Já participei num par de aventuras colaborativas deste género e depressa descobri que o melhor lugar é o da pessoa que inicia a história. No primeiro capítulo, podemos espalhar pistas e inconsistências com alegre abandono, seguros no conhecimento de que, no fim, não vamos ser nós a ter de atar as pontas soltas. Como consequência lógica do que fica dito, o pior papel cabe a quem tem de escrever o derradeiro capítulo, obrigado a juntar todos os fios da história e produzir uma solução credível para o mistério. A tentação de iniciar o tal derradeiro capítulo com as palavras «Mas, afinal, fora apenas um sonho...» é muito forte.

Em *Quem matou o almirante?*, esta espécie de «pauzinho mais curto» calhou a Anthony Berkeley, e provavelmente ainda bem. O autor de *O Mistério dos Bombons Envenenados* e também, sob o pseudónimo de Francis Iles, desse *thriller*

clássico que é *Malice Aforethought*, era um perito urdidor de tramas policiais, e também alguém que compreendia a psicologia da mente criminosa. Se ele não conseguisse resolver o problema, ninguém conseguiria, e parece-me significativo o facto de ter intitulado o último capítulo *Deslindar a Meada*.

Berkeley é um dos contribuidores de *Quem matou o almirante?* cujo nome continua a ser razoavelmente bem conhecido, pelo menos entre os apreciadores do género. O mesmo se pode dizer de monsenhor Ronald A. Knox, Freeman Wills Croft e Clemence Dane. Agatha Christie e Dorothy L. Sayers são, claro, grandes vultos que parecem destinados a perdurar para sempre, e G. K. Chesterton é ainda hoje uma conhecida figura literária (ainda que o Prólogo que escreveu para este volume pareça não ter qualquer espécie de relação com o conteúdo do romance que se lhe segue).

Os nomes de alguns dos outros colaboradores desapareceram quase por completo — exceto da consciência dos colecionadores mais dedicados —, mas eu interessei-me por saber um pouco mais a respeito deles, para me ajudar a visualizar a composição do Detection Club nos seus primeiros anos. Aqui fica o que descobri.

O cónego Victor L. Whitechurch era, como o título sugere, um clérigo que criou a sua personagem, Thorpe Hazel, detetive dos caminhos de ferro e vegetariano, com a intenção deliberada de torná-la o mais diferente possível de Sherlock Holmes. Whitechurch foi um os dos primeiros autores a submeter os seus manuscritos à Scotland Yard para se certificar de que não havia erros na sua descrição dos procedimentos policiais (um esforço a que muitos praticantes contemporâneos do género continuam a não se dar ao incómodo de fazer).

G. D. H. (George Howard Douglas) e M. (Margaret) Cole eram marido e mulher e formavam equipa como autores de romances policiais. Ambos intelectuais de esquerda, G. D. H.

fundou, em 1931, a Society for Socialist Inquiry and Propaganda, mais tarde rebatizada como Socialist League. Entre os jovens que foram seus alunos em Oxford contava-se o futuro primeiro-ministro Harold Wilson.

Henry Wade era o pseudónimo de Henry Lancelot Aubrey-Fletcher, 6º baronete, condecorado com a D.S.O. e com a Croix de Guerre por atos de bravura durante a Primeira Guerra Mundial. Além de ter escrito vinte romances policíacos, era High Sheriff do Buckinghamshire.

John Rode era um dos pseudónimos de Cecil John Charles Street. Escrevendo também como Miles Burton e Cecil Wayne, publicou, em vida, mais de 140 livros.

Milward Kennedy era o pseudónimo de Milward Rodon Kennedy Burge, funcionário público de carreira educado em Oxford que se especializou nos procedimentos policiais. Também escreveu sob o andrógino pseudónimo de Evelyn Elder.

Edgar Jepson teve uma carreira literária extremamente variada. Além de romances policiais e novelas populares, escreveu histórias infantis e é hoje talvez mais conhecido pela sua ficção fantástica. A filha e o filho foram ambos autores publicados e a escritora Fay Weldon é sua neta.

Aqui ficam, pois, apenas alguns instantâneos dos membros do Detection Club de 1931 que colaboraram em *Quem matou o almirante?*. É, para mim, um exercício apaixonante imaginar os jantares que devem ter partilhado enquanto cozinhavam ideias para este romance por estafetas. E as conversas... Estou certo de que, como os membros contemporâneos do Detection Club, embora falassem um pouco a respeito do ofício de autor de romances policiais, era quando abordavam outros tópicos que mais se entusiasmavam. Imagino discussões religiosas entre o converso católico Ronald Knox, o cónego anglicano Victor Whiteside e a humanista cristã Dorothy L. Sayers. Pergunto-me como

reagiria o aristocrático Henry Wade ao socialismo idealista de G. D. H. e M. Cole. E, a escrever todos aqueles livros, John Rode devia ter dificuldade em arranjar tempo para estar presente nos jantares.

Mas chega de nostalgia. De uma coisa tenho, porém, a certeza... Os jantares da embriónica organização durante os quais foi engendrada a trama de *Quem matou o almirante?* hão de ter sido conduzidos no mesmo espírito de bom humor e alegre convívio que, muito me apraz dizê-lo, continuam a caracterizar o Detection Club dos nossos dias.

O que é que, ao fim e ao cabo, pode correr mal numa organização privada com cerca de sessenta membros que, nas palavras de Dorothy L. Sayers, «existe sobretudo com o propósito de jantarmos juntos a intervalos adequados e falarmos de trabalho até às tantas»?

## INTRODUÇÃO

### QUEM MATOU O ALMIRANTE?

por Dorothy L. Sayers

Quando se pede a um elemento da Polícia oficial uma opinião a respeito dos grandes detetives da ficção, a resposta, quase sempre acompanhada por um sorriso condescendente, costuma ser: «Bem, claro, o caso deles é muito diferente do nosso. O autor sabe quem é o criminoso, e o grande detetive só tem de seguir as pistas que lhe são deixadas. Os autores têm sempre umas ideias fantásticas», acrescenta, indulgente, «mas não acredito que resultassem muito bem na vida real».

É bem capaz de haver muita verdade nestas observações que são, em todo o caso, difíceis de refutar. Se fosse, por exemplo, possível convencer Mr. John Rhode a cometer um assassinio verdadeiro usando um dos métodos engenhosamente simples que com tanta facilidade inventa na ficção, e se, digamos, Mr. Freeman Wills Crofts, o perseguisse, levando Bradshaw a reboque, de Stranraer até Saint-Juan-les-Pins, então sim, poderíamos pôr a questão à prova. Mas os escritores de ficção criminal não são, em regra, pessoas sedentas de sangue. Evitam a violência física, isto por duas razões: em primeiro lugar, porque os seus impulsos assassinos são com tanta eficiência despendidos no papel que lhes resta pouca energia ou vontade para os queimar na ação e,

depois, por estarem de tal modo habituados à ideia de que os assassinos são feitos para serem descobertos que sentem uma salutar relutância em passar à prática as suas teorias criminosas. Quanto a dedicarem-se ao verdadeiro trabalho de investigação criminal, a verdade é que poucos têm tempo para isso, obrigados que são a ganhar o seu sustento como qualquer vulgar cidadão, raramente abençoados com os amplos ócios de um Wimsey ou de um padre Brown.

Mas o que mais se aproxima de uma genuína competição é um bom jogo, e *Quem matou o almirante?* é o jogo de investigação que certos membros do Detection Club jogam entre si, no papel. E é aqui que podemos perguntar: o que é o Detection Club?

É uma associação privada de autores de ficção criminal da Grã-Bretanha que existe sobretudo com o propósito de juntarmos juntos a intervalos adequados e falarmos de trabalho até às tantas. Não deve lealdade a qualquer editor nem tem, apesar de disposta a ganhar um honesto *penny* oferecendo ao público a presente obra, como principal preocupação fazer dinheiro. Não é uma comissão de juizes para recomendar os seus próprios livros ou os de terceiros, e na realidade não tem outro objetivo senão divertir-se. A participação é limitada àqueles que escreveram verdadeiros romances policiais (não histórias de aventuras ou «*thrillers*»), a aceitação é garantida por votação do clube após recomendação de dois ou mais membros e envolve a prestação de um juramento.

Embora nem a ameaça de ser arrastada por cavalos selvagens fosse o bastante para me levar a fazer qualquer revelação sobre o solene ritual do Detection Club, uma palavra a respeito da natureza deste juramento é, talvez, permissível. Dito em poucas palavras, resume-se a isto: o autor compromete-se a jogar o jogo com o público e com os colegas. Os seus detetives têm de investigar recorrendo apenas

à inteligência e à dedução, sem a ajuda do acidente ou da coincidência; não pode inventar raios da morte ou venenos impossíveis para produzir soluções que nenhum ser humano vivo esperaria; tem de escrever no inglês mais escorreito de que for capaz. Obriga-se a guardar o mais inviolável segredo no que respeita às ideias e títulos de futuras obras de outros membros, aos quais prestará toda a assistência que estiver ao seu alcance caso precisem de ajuda ou conselho em aspectos técnicos. Se há algum objetivo sério por detrás da confessadamente frívola organização do Detection Club é manter o romance policial fiel aos mais elevados padrões que a sua natureza lhe permite, libertando-o do pernicioso legado de sensacionalismo, palavreado vazio e jargão que tão infelizmente o sobrecarregou no passado.

Agora, uma palavra a respeito das condições em que *Quem matou o almirante?* foi escrito. Aqui, o desafio era chegar o mais perto possível de um problema de investigação real. Excetuando o caso do pitoresco Prólogo de Mr. Chesterton, que foi escrito no fim, todos os colaboradores tiveram de enfrentar o mistério que lhes era proposto nos capítulos anteriores sem fazer a mínima ideia da solução ou soluções que os autores precedentes tinham em mente. Foram impostas duas condições. Cada autor tinha de idealizar a sua contribuição tendo em vista uma solução bem definida — ou seja, não podia introduzir novas complicações apenas com o objetivo de «tornar a coisa mais difícil» — e tinha de estar preparado para, se lho exigissem, explicar as suas pistas de uma forma coerente e plausível. E para ter a certeza de que todos faziam jogo limpo neste ponto, cada autor tinha de entregar, ao mesmo tempo que o manuscrito do seu capítulo, a solução que propunha para o mistério. Estas soluções aparecem no final do livro, para benefício do leitor mais curioso.

Em segundo lugar, cada autor era obrigado a lidar lealmente com *todas* as dificuldades deixadas à sua consideração pelos seus predecessores. Se a atitude de Elma em relação ao amor e ao casamento parecia sujeita a estranhas flutuações, ou se o barco tinha sido arrumado na respetiva arrecadação com a ponta errada voltada para a frente, estes factos tinham de fazer parte da solução. Não podia descartá-los como capricho ou acidente, ou apresentar uma explicação inconsistente para eles. Como é natural, à medida que as pistas se foram tornando, com o passar do tempo, mais numerosas, as soluções sugeridas foram-se tornando mais complicadas e precisas, enquanto os contornos gerais da trama iam ficando mais rígidos e definidos. Mas é interessante e instrutivo notar o surpreendente número de interpretações diferentes que é possível conceber para explicar as ações mais simples. Onde um autor deixou uma pista, convencido de que ela apontaria numa direção única e óbvia, os autores subsequentes conseguiram fazê-la apontar na direção exatamente oposta. E é talvez aqui que o jogo mais se aproxima da vida real. Julgamos e somos julgados pelas nossas ações exteriores, mas no que respeita ao motivo subjacente a essas ações o nosso julgamento pode estar muito longe da verdade. Preocupados com a nossa interpretação particular, só conseguimos ver um motivo possível por detrás da ação, de tal modo que a nossa solução pode ser muito plausível, muito coerente e muito errada. E é bem possível que, neste ponto, nós, os autores de romances policiais, tenhamos conseguido surpreender-nos e confundir-nos completamente a nós próprios e uns aos outros. Estamos demasiado habituados a ouvir o grande detetive afirmar com ares superiores: «Não vê, meu caro Watson, que estes factos admitem apenas uma interpretação?» Depois da nossa experiência com *Quem matou o almirante?*,

talvez os grandes detetives tenham de aprender a exprimir-se de uma forma mais cautelosa.

Se o jogo assim jogado para nosso divertimento consegue ou não divertir também outras pessoas, cabe ao leitor julgar. Só podemos garantir-lhe que foi honestamente jogado de acordo com as regras e com toda a energia e entusiasmo que os jogadores souberam pôr nele. Falando por mim, posso dizer que a desesperada confusão em que mergulhei ao receber o monte de quebra-cabeças que me foi transmitido por Mr. Milward Kennedy teve, ao que parece, plena equivalência na horrorosa sensação de frustração que se apoderou do reverendo Ronald Knox quando, tendo, como cheia de satisfação imaginei, esclarecido a maior parte do que era obscuro, lhe passei o problema a ele. O facto de Mr. Anthony Berkeley ter tão alegremente feito gorar as nossas políticas e frustrado os nossos baixos truques na solução final, devo em parte atribuí-lo ao seu engenho inato e em parte à enérgica interferência dos outros três solucionadores intervenientes, que descobriram tantos factos e motivos de que nós, os primeiros investigadores obrigados a tatear no escuro, de nada sabíamos. Mas nenhum de nós, estou convencida, guardará qualquer rancor contra os nossos coautores, como o não guardaremos contra os caprichos do rio Whyn que, sob a poderosa orientação de Mr. Henry Wade e de Mr. John Rhode, luminárias gémeas em matéria de correntes e marés, tão tranquilamente passeou entre as suas floridas margens o corpo do almirante à deriva.

## PRÓLOGO

### «AS TRÊS ALUCINAÇÕES»

por G. K. Chesterton

Três relances através do revolteante fumo do ópio, três histórias que ainda pairam sobre o esqualido tugúrio em Hong Kong podem bem, a esta distância no tempo, ser descartadas como alucinações. E no entanto, aconteceram de facto, foram fases no grande infortúnio da vida de um homem, apesar de muitos dos que desempenharam um papel no drama já terem esquecido tudo chegada a manhã. Por cima da escura e quase subterrânea entrada do covil pendia uma grande lanterna de papel onde tinha sido toscamente pintado um dragão vermelho de fauces abertas; a lua brilhava no céu e a pequena rua estava deserta.

Todos falamos do mistério da Ásia; e, de certa maneira, estamos todos enganados. A Ásia foi endurecida pelas idades; é velha, tão velha que os seus ossos sobressaem; e, de certa maneira, há nela menos disfarce e mistificação do que nos problemas mais vivos e movimentados do Ocidente. Os vendedores de droga e as bruxas e meretrizes que faziam a sórdida vida daquele lugar estavam fixados e reconhecíveis nas suas funções, em qualquer coisa que era quase uma hierarquia social; por vezes, o seu vício era oficial e quase religioso, como no caso das bailarinas dos templos. Mas o oficial da Marinha de Guerra britânica que naquele instante

passava diante da porta, e tinha motivo para lá fazer uma pausa, era na realidade um mistério muito maior; porque era um mistério para si mesmo. Havia unidas no seu caráter, tanto nacional como individual, as coisas mais complexas e contraditórias; códigos e compromissos a respeito de códigos, e uma consciência estranhamente caprichosa e ilógica; instintos sentimentais que fugiam do sentimento e sentimentos religiosos que tinham sobrevivido à religião; um patriotismo que se orgulhava de ser apenas prático e profissional; todas as emaranhadas tradições de um grande passado pagão e de um grande passado cristão; o mistério do Ocidente. Tornava-se cada vez mais misterioso, porque ele próprio nunca pensava nisso.

Na realidade, há apenas um aspeto que é preciso ter em conta para efeitos desta história. Como todos os homens do seu género, odiava com uma sinceridade perfeita a opressão individual; o que o não impedia de participar na opressão impessoal ou coletiva, desde que a responsabilidade fosse distribuída por toda a sua civilização, ou o seu país, ou a sua classe. Era o capitão de um navio de guerra de momento ancorado no porto de Hong Kong. Não teria hesitado em arrasar a cidade a tiros de canhão e matar metade das pessoas que lá viviam, ainda que fosse nessa vergonhosa guerra através da qual a Grã-Bretanha impôs o ópio à China. Mas quando viu uma rapariga chinesa ser arrastada pela rua por um untuoso rufião amarelo e atirada de cabeça para dentro do tugúrio de ópio, qualquer coisa saltou de uma forma muito espontânea dentro dele; uma «era» que nunca passou verdadeiramente; certos romances que não chegaram a ser queimados pelo cura e pelo barbeiro; qualquer coisa que ainda merece o glorioso insulto de ser chamada quixotesca. Com dois ou três murros atirou o chinês para o outro lado da rua, onde ele caiu numa distante sarjeta. Mas a rapariga já tinha rebolado pelos degraus da escura entrada, e ele